

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRISCILA CRISTINA DOS SANTOS

PAA e PNAE: ENQUANTO POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO HOMEM E
MULHER DO CAMPO.

MATINHOS

2013

PRISCILA CRISTINA DOS SANTOS

PAA e PNAE: ENQUANTO POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO HOMEM E
MULHER DO CAMPO.

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Mestre Elsi do Rocio Cardoso Alano

Matinhos

2013

SÚMARIO

1- INTRODUÇÃO	6
OBJETIVOS	7
2- O RURAL E SUAS CONTRADIÇÕES	7
3- DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PUBLICAS	10
4- PAA E PNAE: INCENTIVO E ORGANIZAÇÃO RURAL E SGURANÇA ALIMENTAR	11
5- METODOLOGIA	13
6- PAA E PNAE NO MUNICIPIO DE PARANAGUÁ	15
7- CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
8- REFERENCIAS	26

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- LOCALIZAÇÃO DA PR 508 NO LITORAL	6
FIGURA 2- INCIDÊNCIA DA POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA POR SITUAÇÃO DO DOMICILIO SEGUNDO GRANDES REGIÕES- 2010.....	8
FIGURA 3- DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA SEGUNDO GRANDES REGIÕES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO.....	8
FIGURA 4- MODELO DE POLÍTICAS PUBLICAS.....	10
FIGURA 5- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NOS PROGRAMAS	17
FIGURA 6- CAMINHÃO DA PREFEITURA E VAN DE AGRICULTOR REALIZANDO AS ENTREGAS PNAE- ESTADUAL	18
FIGURA 7- IDADE FILHOS DOS AGRICULTORES	19
FIGURA 8- FAIXA ETÁRIA DOS ESTUDANTES	22

LISTA DE SIGLAS

APRUMPAR- Associação dos Produtores Rurais do Município de Paranaguá

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FIPE- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

RESUMO

A política pública é um importante instrumento para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, em um contexto rural onde quase metade da pobreza se concentra e se faz ainda mais necessária. Neste sentido surgem o PAA e o PNAE enquanto políticas de segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar. No município de Paranaguá estas políticas atendem hoje 25 entidades, 23 escolas e 40 agricultores que tem nestas políticas condições de complementarem sua renda. Porém para que as políticas valorizem não só o lado econômico, mas também o saber fazer e a identidade do homem com a terra faz se necessário a ampliação das mesmas enquanto mediadoras dos contextos urbano e rural. É necessário que as mesmas atuem enquanto divulgadores da realidade do campo e vice versa, havendo uma troca de informações e uma relação de interdependência entre campo e cidade.

1- INTRODUÇÃO

A política pública é um importante instrumento para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, a instituição do estado é o principal agente de formulação destas políticas, porém o mesmo não é o único a oferece-las. Secchi diz que política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público (p. 2, 2011). As políticas de aquisição de alimentos nascem então levando em conta duas questões: 1º ampliar a segurança alimentar e a alimentação saudável, 2º incentivar a organização dos produtores rurais e possibilitar incremento de renda.

No município de Paranaguá estas políticas atendem 25 entidades, 23 escolas e 40 agricultores representados por uma associação de produtores rurais.

Esta associação se localiza nas colônias de Paranaguá que são comunidades rurais do município, ao longo da estrada Elísio Pereira Alves filho -PR-508 (Figura 1) e possuem 1555 pessoas distribuídas em 322 domicílios (BUZZATO, 2009) representando 31% da população rural de Paranaguá. As mesmas estão no entorno do Parque Nacional Saint-Hilaire Lange, e foram colonizadas no século XVII com a vinda de Italianos e Poloneses. Estas colônias possuem um traço histórico muito importante, pois desde a fundação das seis colônias: São Luiz, Santa Cruz, Quintilha, Maria Luiza, Pereira e Cambará, foi aberta uma estrada carroçável que de Paranaguá seguia em direção à baía de Guaratuba.

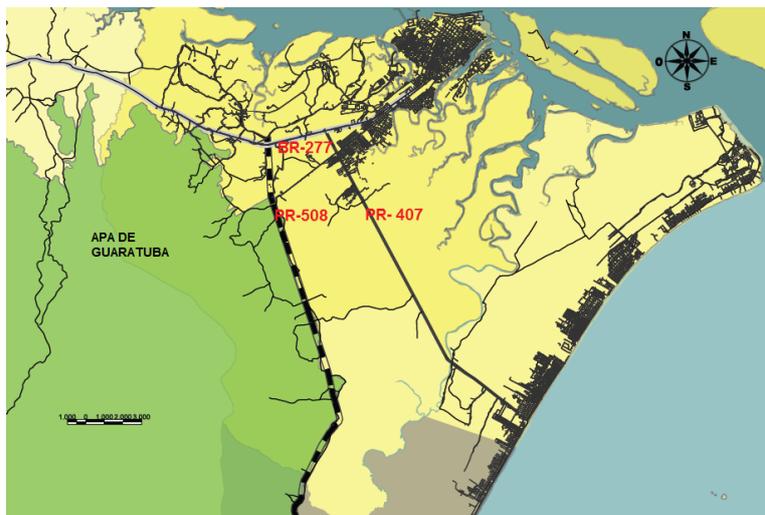


Figura 1- Localização da PR-508 no litoral.
FONTE: O autor (2013)

Hoje estas colônias são caracterizadas por sua produção em pequena escala que tem como principal destino centros urbanos de Paranaguá e Matinhos e os programas PAA e PNAE.

OBJETIVOS

- Demonstrar como os agricultores familiares das colônias rurais de Paranaguá tem se mobilizado a participar dos programas de aquisição de alimentos do governo federal e qual a visão deles sobre esta política pública.
- Compreender os programas PAA e PNAE.
- Analisar como estes programas tem se dado nas escolas que são beneficiadas no programa.
- Perceber qual a visão de alunos do campo e da cidade sobre a produção rural e a merenda escolar recebida.

2- O rural e suas contradições.

Muitos são os atrativos que as áreas urbanizadas oferecem para aqueles que vivem no meio rural, segundo Alves (p. 17, 2006) estes atrativos podem ser: mais e melhores condições de trabalho, diferencial de salários entre campo e cidade, infraestrutura social, desenvolvimento tecnológico, sistemas de transporte e de comunicação, lazer, entre outros. Tudo isto torna um cenário propício para a migração do campo para a cidade e fonte de influencia na decisão do jovem de permanecer ou não no seu lugar de origem.

Segundo dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponibilizados no perfil da extrema pobreza do Brasil do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, 16,27 milhões de pessoas estão na situação de extrema pobreza (é considera nesta situação pessoas com rendimento médio domiciliar per capita entre R\$ 1,00 e R\$ 70,00 mensais), deste total 46,7% reside em área rural (BRASIL, p.3 ,2011). Na tabela abaixo (Figura 2) percebe-se que a maior concentração de pobreza está na região norte e nordeste, porém que nas outras regiões também a pobreza na zona rural ultrapassa os valores da zona urbana .

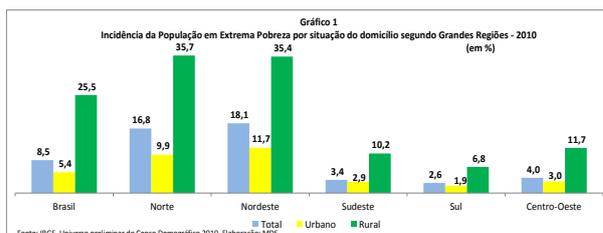


Figura 2- Incidência da população em extrema pobreza por situação do domicílio segundo grandes regiões- 2010 (BRASIL, p. 3, 2011).

Isto se torna mais assustador ao comparar a porcentagem de população dividida entre campo e cidade, sendo a população rural apenas 15,6% da população total (Figura 3). De um total de 29,83 milhões de brasileiros residentes no campo, praticamente um em cada quatro se encontra em extrema pobreza (25,5%), perfazendo um total de 7,59 milhões de pessoas. (BRASIL, p.4, 2011).

Figura 3: Distribuição da população total e população em extrema pobreza segundo Grandes Regiões e situação do domicílio

População Total						
	Total	Urbano	Rural	% Total	% Urbano	% Rural
Brasil	190.755.799	160.925.792	29.830.007	100,0	84,4	15,6
Norte	15.864.454	11.664.509	4.199.945	100,0	73,5	26,5
Nordeste	53.081.950	38.821.246	14.260.704	100,0	73,1	26,9
Sudeste	80.364.410	74.696.178	5.668.232	100,0	92,9	7,1
Sul	27.386.891	23.260.896	4.125.995	100,0	84,9	15,1
Centro-Oeste	14.058.094	12.482.963	1.575.131	100,0	88,8	11,2

População em extrema pobreza

	Total	Urbano	Rural	% Total	% Urbano	% Rural
Brasil	16.267.197	8.673.845	7.593.352	100,0	53,3	46,7
Norte	2.658.452	1.158.501	1.499.951	100,0	43,6	56,4
Nordeste	9.609.803	4.560.486	5.049.317	100,0	47,5	52,5
Sudeste	2.725.532	2.144.624	580.908	100,0	78,7	21,3
Sul	715.961	437.346	278.615	100,0	61,1	38,9
Centro-Oeste	557.449	372.888	184.561	100,0	66,9	33,1

Fonte: IBGE. Universo preliminar do Censo Demográfico 2010. Elaboração: MDS.

Por outro lado é a agricultura familiar que produz cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil em uma área que não ultrapassa 24% da terra produtiva do país (EMBRAPA, 2011). Além disto, há um cenário de politização alimentar que segundo Scarabelot é um movimento no qual a sociedade começa a perceber, repensar e decidir sua trajetória, especialmente seu processo alimentar (p. 43, 2012), levando em conta a forma de produzir e a qualidade do produto a se consumir e indo em um movimento contrário do atual cenário agroalimentar mundial. Neste sentido a zona rural e a produção familiar vêm se tornando cada dia mais essencial para o fornecimento da produção de alimentos de qualidade ao mercado regional, nacional e global.

E é neste contexto de contradições de base material e ideológica que se dá a presente pesquisa, pois se de um lado tem se uma crescente demanda por produtos vindos da agricultura familiar, tem se visualizado em contraste uma zona rural pobre, com escassez de infraestrutura e grande vulnerabilidade social.

Neste sentido faz se necessário questionar se esta valorização tem chegado aos pequenos produtores e se realmente os atrativos urbanos ultrapassam o desejo de viver na zona rural.

Portanto o cenário rural possui várias questões sociais que podem e devem ser abordadas, para tanto este trabalho irá priorizar a produção de alimentos, políticas publicas e valorização do homem e mulher do campo na relação campo- cidade e política publica.

3- Definição de Política publica.

As políticas publicas podem ser definidas de forma estatista e multicêntrica no que se refere ao protagonismo no seu estabelecimento (Secchi, p. 2, 2010).

Segundo Secchi a abordagem estatista considera que é uma política publica somente quando emana de atores estatais e que uma abordagem é multicêntrica quando considera como proponentes de políticas publicas organizações privadas, não governamentais e etc.

Neste trabalho assim como no livro políticas publicas conceitos, esquemas de análises, casos práticos de Leonardo Secchi, o conceito a ser utilizado é o da abordagem multicêntrica onde as políticas governamentais estão imersas nas políticas publicas. (Figura 4)

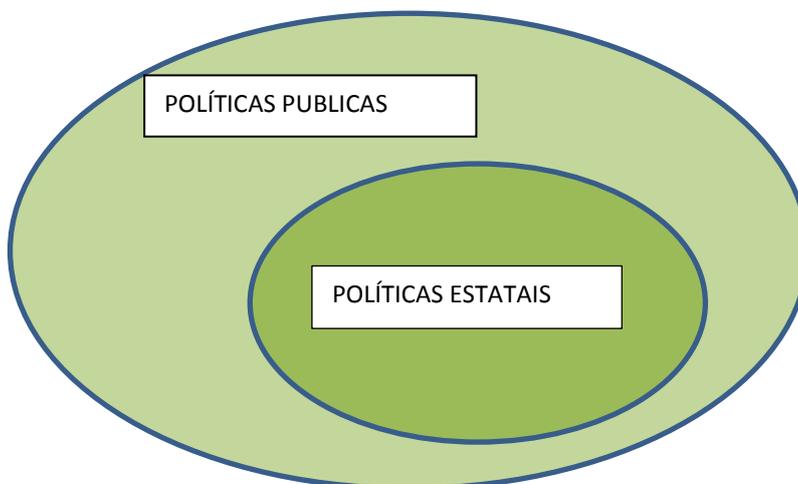


FIGURA 4- Modelo de políticas publicas (Secchi, p. 4, 2010)

Isto se dá pela complexidade de se distinguir o papel do estado e da sociedade civil, pois se pensarmos o estado moderno segundo a concepção de Gramsci onde o poder não se concentra apenas na mão do estado e sim em uma relação estado-sociedade civil, fica cada vez mais difícil de se colocar delimitações de até onde vai o poder exercido por cada um (Bobbio, p. 956, 2002) .

Secchi afirma esta concepção ao colocar que está cada vez mais evidente as mudanças no papel do estado moderno e o rompimento das barreiras entre esfera estatal e não estatal na solução de problemas coletivos (p. 3, 2010).

Diante deste cenário, a integração entre o agente proponente da política pública e os atores envolvidos é fundamental para a obtenção de bons resultados.

4- PAA e PNAE: Políticas de incentivo a organização rural e segurança alimentar.

O programa de aquisição de alimentos (PAA) e o programa nacional de alimentação escolar (PNAE) são políticas públicas estatais que adquirem gêneros alimentícios diversificados produzidos localmente, estas políticas públicas visam a alimentação saudável e adequada; combate à pobreza rural; geração de renda e agregação de valor; sustentabilidade do modelo de desenvolvimento; respeito à cultura, às tradições; controle social; segurança alimentar e nutricional. Um dos objetivos destas políticas é de incentivar a organização por parte dos produtores e assim a integração entre beneficiários e agentes executores.

O PAA é um programa criado pelo Governo Federal em 2003, onde os produtos adquiridos são destinados à doação para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais. Este programa é executado com recursos do Ministério de desenvolvimento social e combate a fome (MDS) com o ministério do desenvolvimento agrário (MDA) em parceria com estados, municípios e com a Conab- Companhia Nacional de Abastecimento (MDA, 2013).

O PNAE que foi implantado em 1955 e garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. No ano de 2009 através da lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor deve ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (lei).

O orçamento do programa para 2013 é de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos e o valor investido para a compra direta da agricultura familiar é de R\$ 1,05 bilhão (FNDE, 2009). .

Participam destes programas apenas os agricultores que possuem dap- Declaração de aptidão ao PRONAF.

Estes programas juntos garantem ao produtor um complemento na renda e maior segurança para produzir, porém para que eles passem a valorizar a agricultura familiar não só de forma econômica, acredita-se que deva haver por parte dos executores uma maior divulgação e conscientização sobre os modos de produzir, agricultores e a zona rural.

A educação alimentar e nutricional é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar

(FNDE, 2013). Este espaço de discussão e problematização podem e devem ser pautado em cima de problemáticas locais reafirmando o resgate dos hábitos alimentares regionais e culturais, levando em conta o modo de produzir e todas questões envolvidas neste processo.

5- METODOLOGIA

Para falar da metodologia utilizada bem como da abordagem para com os agricultores é necessário antes de tudo fazer um resgate das motivações desta pesquisa.

Enquanto moradora da zona rural de Paranaguá, filha de agricultores e estando imersa neste universo foi possível vivenciar algumas dinâmicas entre campo e cidade, principalmente na vida acadêmica, de infra estrutura e de relações internas das comunidades e delas para com outros atores. Neste ambiente os questionamentos acerca de vários assuntos emergiam e neste sentido a necessidade de comprovar, ou não, algumas hipóteses e questões que se faziam presentes. Como diria o professor filósofo a Sofia no livro O Mundo de Sofia, se faz necessário subir na ponta dos pelos mais finos do coelho a fim de encarar o mágico bem dentro dos olhos, ou seja, sair do conforto das simples desconfianças e passar a testar as hipóteses levantadas. (GAARDER, p.26, 2012)

Neste sentido o trabalho inicial foi o de levantamento dos objetivos e hipóteses, após buscou-se apoio na bibliografia existente, através da leitura que se constituiu um fator decisivo no estudo, pois a partir dela o trabalho tomou corpo e delineou todas as abordagens que se seguiriam, segundo Lakatos:

Faz se necessário ler muito, continuada e constantemente, pois a maior parte dos conhecimentos é obtido por intermédio da leitura:

Ler significa conhecer, interpretar, decifrar, distinguir os elementos mais importantes dos secundários e, optando-se pelos mais representativos e sugestivos, utilizá-los como fonte de novas ideias e do saber através dos processos de busca, assimilação, retenção, crítica, comparação, verificação e integração do conhecimento. (LAKATOS, p. 1, 2010)

Após obter maior clareza sobre os objetivos e os assuntos a serem tratados procurou-se iniciar um processo de observação- questionamento incitando nos participantes reflexões sobre os programas PAA e PNAE, pois sua interpretação a respeito destes programas era o alvo da pesquisa. A formulação dos questionários foi fundamentada nas problemáticas levantadas e discutidas junto ao meio social investigado, os mesmos foram pautados na pesquisa-ação dando lugar assim a discussões com diversos tipos de participantes, como agricultores, alunos, escolas, etc. (THIOLLENT, p. 75, 2011). Procurou se testar os questionários para que assim pudessem ser feitas algumas modificações.

O levantamento bibliográfico aconteceu entre os meses de janeiro a Maio, através da leitura de livros e artigos sobre o tema, além da pesquisa em sites como MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) entre outros.

Já o trabalho de observação- questionamento se deu durante todo o ano de 2013, através de conversas com os agricultores e seus filhos, e membros da comunidade escolar.

O objetivo destas conversas estava apoiado na perspectiva que o participante comum conhece os problemas e as situações nas quais está vivendo, e que o pesquisador precisa estabelecer formas de comunicação e intercompreensão com os agentes do saber popular, na busca assim de soluções a problemas levantados. (THIOLLENT, p. 77, 2011)

Foram entrevistados 38 pessoas das quais 10 são agricultores, 5 funcionários das escolas (merendeiras, secretários e professores), 10 filhos de agricultores, 12 alunos das escolas e 1 membro da diretoria da associação.

Cada entrevista teve um foco, para os agricultores o foco principal era conhecer os produtos, o histórico de participação, sua função dentro do programa, sua visão sobre a valorização que o mesmo oferece, entre outros.

Já para os filhos o foco era perceber se os mesmos tem conhecimento sobre os programas, se eles têm papel dentro da família de ajuda no trabalho de produção,

como se sentem e se sentiam na escola por morar na zona rural e ser filhos de agricultores, e se pretendem trabalhar com a agricultura e residir na zona rural.

Nas escolas o objetivo era perceber se eles sabiam de onde vinham os produtos, quem produzia e a qualidade dos mesmos. Além de questionar sobre que ações a escola promove para divulgar os programas e o meio rural.

Para os alunos as perguntas tinham o foco de verificar se os mesmos sabiam da origem da merenda escolar, a qualidade, sua visão sobre o que é ser agricultor e como é viver na zona rural.

6- PAA e PNAE no município de Paranaguá

Em Paranaguá estes programas tem como executores a Prefeitura Municipal, Emater, Núcleo de educação, provopar, APRUMPAR (Associação dos produtores rurais de Paranaguá).

Decidiu se por focar o trabalho na Associação de moradores, tendo em vista que um dos objetivos do trabalho era de observar como os agricultores vem se organizado a participar dos programas.

A APRUMPAR foi fundada em 14 de setembro de 1985 e tem por objetivo apoiar e fortalecer os agricultores da região, facilitando serviços e contribuindo na integração entre os produtores e o mercado. Ela possui 200 sócios dos quais 40 são beneficiados dos programas, entregando uma cota máxima por agricultor de R\$ 20.000,00/ ano em bananas, verduras em geral, maracujá, aipim, batata doce e produtos agroindustrializados como pães, bolos, bolachas, doces, polpas e macarrão. Esta associação possui pouca infraestrutura física para atender a demanda dos programas necessitando de adequações no que se refere ao espaço. Porém mesmo sem infraestrutura suficiente ela tem sido o único elo entre os programas e os agricultores a 5 anos. Atendendo atualmente os programas PAA (25 entidades) e PNAE estadual (23 escolas).

Neste ano de 2013 o programa PNAE municipal não foi atendido devido a questões de mudança de governo.

A associação de produtores em seu primeiro ano de participação do programa atendeu 18 agricultores e ao longo destes 5 anos aumentou significativamente o número de beneficiários.

Procurou se durante as entrevistas levantar discussões acerca da eficiência, valorização e capacidade dos projetos, da associação e dos demais envolvidos nos programas. As respostas foram dadas por meio da secretária da APRUMPAR. A mesma demonstrou a preocupação com a falta de envolvimento dos sócios e até mesmo da diretoria nos projetos, estando no momento a frente apenas dois representantes. Segundo a secretária e também agricultora é “preciso se organizar e pensar no bem comum”. Ela diz que os projetos têm muito a crescer e hoje em dia os agricultores e a própria associação não tem condições de atender a toda demanda.

Apesar de os programas estarem funcionando junto a associação e aos outros envolvidos a 5 anos, a secretária acredita que poderiam ser executados de forma mais eficiente, permitindo assim que a valorização da zona rural e seus produtos continuem.

A associação reconhece a importância e a valorização que os programas trazem para aqueles que vivem na zona rural, porém diz que os programas devem estar mais adequados a realidade de cada região e assim facilitar o trabalho dos agricultores.

Percebeu-se durante a pesquisa grande empenho por parte de algumas pessoas envolvidas na associação para que os programas pudessem dar resultados. Elas se dividem entre escrever o edital de participação, organizar junto a prefeitura e demais órgãos os cronogramas de entrega e a mobilização dos agricultores, acompanhar o recebimento dos produtos e distribuição, cuidar das notas e do recebimento, fazer prestação de contas, entre outros. Há uma grande sobrecarga e centralização das atividades que segundo a própria associação vem do fato dos sócios não se interessarem em assumir responsabilidades. Vale ressaltar que estas pessoas que estão a frente não recebem nenhuma remuneração e ainda trabalham na agricultura para prover seu sustento.

Com os agricultores procurou-se saber qual a visão deles sobre estes programas. Dos 40 beneficiados foram entrevistados 10 de idade entre 22 a 50 anos sendo 60% destes mulheres.

80% dos entrevistados disseram se sentir valorizados por estes programas, pois eles lhes garantem uma venda certa e segundo eles maior divulgação dos seu trabalho, o restante dos agricultores que afirmou não se sentir valorizado, foi pelo fato de não acreditar que as pessoas conhecem os programas e os produtos da região.

Uma destas agricultoras afirma que no “aspecto econômico o projeto valoriza mas ninguém conhece ele”, se referindo a população da área urbana.

Outro agricultor afirma que “Dá incentivo, uma venda garantida”, e quando indagado sobre o reconhecimento por parte dos beneficiários do programa ele diz “É um trabalho que tem que ser feito, acho que alguns alunos já sabem que comem os alimentos da sua região”.

Atualmente todos os produtores trabalham apenas em família para atender suas cotas e possuem outros mecanismos de comercialização como as feiras e entregas a mercados da região

Dos entrevistados 4 entregam aos projetos desde o início da participação da associação e o restante entrega a 1 ou 3 anos (Figura 5).



Figura 5- Tempo de participação nos programas

FONTE: O autor

Dos 10 entrevistados apenas 1 tem responsabilidades na execução do programa junto a associação, mesmo não tendo nenhum cargo na mesma, ele faz o trabalho de entrega as escolas pelo PNAE estadual de produtos panificados. A entrega ocorre nas quartas feiras e nela estão presentes 5 funcionários da prefeitura com o caminhão da secretária de agricultura e este agricultor com sua van financiada pelo PRONAF (Figura 8).



Figura 6- Caminhão da Prefeitura e van de agricultor realizando as entregas PNAE- Estadual.

FONTE: O autor

Segundo ele faz este trabalho “pois precisa permanecer no programa e se não for através da nossa associação que é nossa proponente nesse programa, nós não teríamos”. Ele acredita que o que falta nos programas é “os agricultores se unir, ter o mesmo objetivo e lutar pela nossa associação para melhoria, se cada um fizer a sua parte o programa funciona”.

Os agricultores também foram questionados sobre o que eles consideram enquanto pontos fracos dos programas, a maior queixa é a forma de pagamento e a demora,

segundo eles os produtos são entregues, porém não há um retorno financeiro imediato. Foram citados também a falta de união dos agricultores, a exigência de produtos fora de época, pouco acompanhamento dos órgãos responsáveis, exigência das entregas por peso (inclusive das verduras), cotas pequenas, dificuldade de logística para acessar aos programas e a falta de remuneração dos responsáveis pelo programa na associação, que está ligado diretamente a pouca capacidade de organização e união dos agricultores beneficiados.

Foram entrevistados também 10 filhos de agricultores dos quais 8 ainda são estudantes, 1 não chegou a concluir o ensino médio e o outro não concluiu a graduação. Sendo eles de faixa etária de 14 a 23 anos (Figura 6).

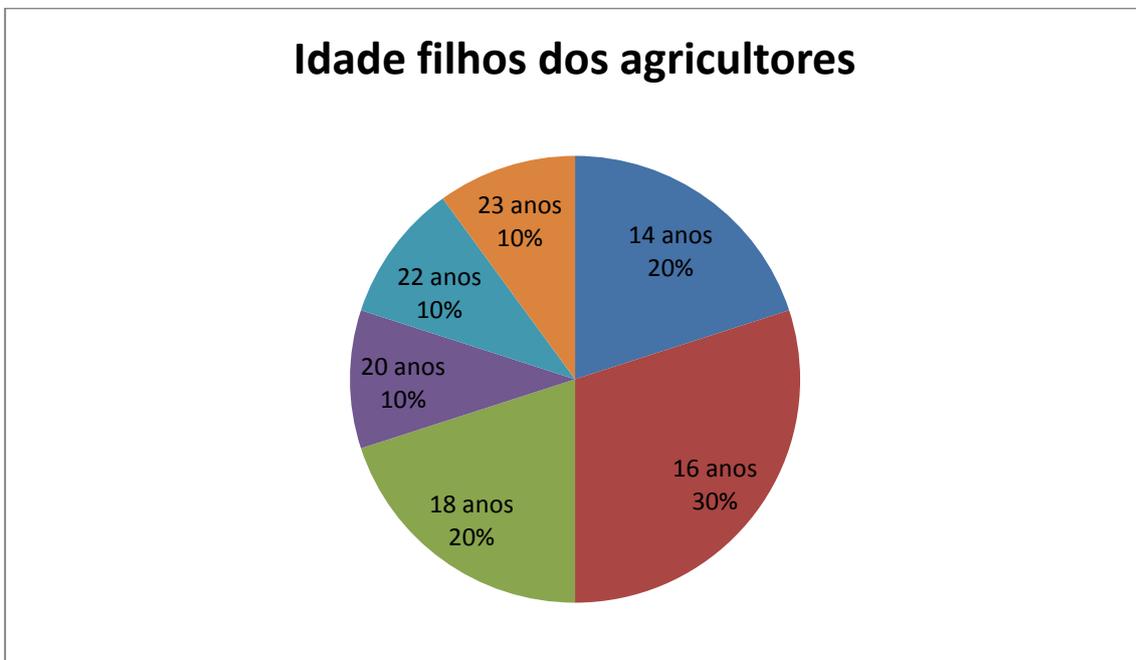


Figura 7- Idade filhos dos agricultores

FONTE:O autor

De todos os entrevistados apenas um disse se sentir valorizado na escola por morar na zona rural, pois segundo ela a maioria de seus colegas também residem na mesma área e por isto não há nenhum tipo de discriminação. 3 entrevistados disseram ser indiferente o fato de morar ou não na zona rural, pois são tratados como todos os outros, já 6 pessoas disseram não se sentir valorizados pois no ambiente escolar são tratados de forma diferente pelos outros alunos, pode –se ver isto através destas falas:

- “sempre tem uns engraçadinhos que dizem: você é do mato, o que você fica fazendo lá”;
- “é muito preconceito como se fosse menos que eles”;
- “lá no sítio você mora numa casa da árvore?”;
- “lá tem luz?”

Há até o depoimento de uma das estudantes e moradora da zona rural:

- “Estávamos numa saída da faculdade para uma ilha e quando chegamos lá, eu acabei comentando com algumas pessoas que meus pais eram agricultores, vi que o pessoal ficou muito preocupado comigo e eu não entendi muito bem o que estava acontecendo, até que chegou na hora do almoço e uma das colegas de classe acabou pagando a minha refeição e quando fui falar com ela e disse que tinha dinheiro ela me respondeu, tudo bem pode guardar pra ajudar sua família eu sei que eles precisam”

Através deste depoimento e dos outros comentários foi possível visualizar a impressão que muitas pessoas residentes da área urbana tem em relação a área rural. Nas conversas tidas fica sempre muito claro que as pessoas não conhecem e por isto julgam as dinâmicas da área rural e agem muitas vezes de forma preconceituosa para com aqueles que vivem da agricultura.

Isto acaba reforçando a necessidade de uma maior divulgação e valorização não só econômica do campo. As discussões e as políticas públicas devem ir além disto, tentando derrubar os abismos que existem entre campo e cidade.

Pois segundo FIPE (Fundação instituto de pesquisas econômicas, p. 37, 2009) o preconceito, a distância social e práticas discriminatórias estão presentes no ambiente escolar em todos os atores, especialmente nos alunos, neste sentido existe uma dicotomia onde as pessoas não assumem que são preconceituosas, contudo, estão predispostas a manter distância social de outros grupos. Neste sentido seria oportuno iniciar e potencializar um processo de mudança no ambiente escolar para promover a diversidade por meio de um plano, envolvendo:

- Ações para disseminação de informações (condição necessária, mas não suficiente para a promoção de mudanças);

- Ações específicas e pontuais que visem à mudança de comportamento principalmente, no longo prazo, ações para a mudança de valores dos agentes escolares em relação ao preconceito e à discriminação

Apesar de todo este contexto quando perguntados se já sentiram vergonha em residir na zona rural 80% disse que nunca sentiu vergonha e os outros 20% alegaram ter sentido vergonha apenas na infância.

Todos os entrevistados filhos de agricultores e moradores da zona rural disseram querer que fossem promovidas políticas de valorização do homem e mulher do campo. Para que assim todos possam conhecer um pouco mais a sua realidade. Segundo uma das entrevistadas “deveria ter vários projetos que fizessem com que se conscientizassem de tão bom é morar neste território rural”.

Dos filhos de agricultores, foram entrevistados 5 nos quais os pais entregam para o PAA e o PNAE e 5 cujos pais não entregam. Destes 10, seis conheciam os programas e destes 6 apenas 2 ajudavam a família nas entregas.

Dentre os 6 jovens que conheciam os programas todos disseram que eles valorizam a zona rural, porém que esta valorização é só econômica pois segundo eles ninguém sabe de onde vem os produtos e quem produz.

Nesta pergunta observa-se a diferença de percepção entre os adultos moradores da zona rural e os jovens, pois apesar de a maioria dos dois acreditarem que os projetos valorizam, os jovens demonstraram estar mais preocupados com questões que vão além do econômico, sobre a falta de divulgação nas escolas e na área urbana sobre os produtos e projetos.

Quando questionados sobre continuar vivendo na zona rural 6 jovens responderam não desejar mais viver no seu local de origem pois segundo eles a falta de infraestrutura, a necessidade de continuar a estudar, entre outras coisas dificultam a vida no campo. Uma das jovens diz que: “não gosto muito do sítio, não tem praça e não tem cultura”. A outra afirma: “não vejo futuro na colônias, quero sair e fazer uma faculdade”.

Toda esta realidade desagua no fato de que apenas 3 dos 10 jovens querem morar no sítio e apenas um desses quer ser agricultor e seguir o passo dos pais.

Para Champagne (1986, apud Polovei, p. 3) a migração pode ser explicada pela rejeição a atividade agrícola, a recusa dos filhos de suceder aos pais é, em primeiro lugar, recusa do modo de vida dos pais, a crise de reprodução é, nesse sentido, uma crise de identidade social. De acordo com Champagne, os jovens ao fazerem a sua avaliação do modo de vida rural, comparam-no com o modo de vida urbano, o que os leva a considerar a agricultura de maneira mais negativa do que positiva.

Ambiente escolar e os programas

No ambiente escolar foram entrevistados 12 alunos do ensino médio de faixa etária entre 14 e 20 anos (Figura 7).



Figura 8- Faixa etária estudantes

FONTE: O autor

De todos os entrevistados apenas 2 sabiam que uma parte da merenda escolar vinha dos agricultores, isto porque os mesmos tem contato com um dos agricultores que entregam neste programa, 7 não faziam ideia de onde vinha a merenda escolar, 2 acreditavam que era o estado que fornecia e um acreditava que era o município.

Sobre a qualidade da merenda escolar 11 alunos disseram ser boa e um disse não comer na escola, por questão de hábito.

Quando perguntados se na escola havia algum tipo de divulgação, conversas para falar sobre a zona rural e a alimentação escolar todos disseram não haver nenhum

tipo de trabalho a respeito, apenas alguns alegaram ter visto pouca coisa da área rural nas aulas de geografia, onde aparece como lugar de produzir alimentos.

Para responder a pergunta sobre o que é ser agricultor na sua opinião os alunos disseram que é:

- “Semear a terra e ter outro modo de ver a vida”
- “Trabalhar e viver da roça”
- “É uma profissão”
- “É fazer nosso alimento”
- “Quem planta e vive do campo”
- “Quem planta comidas”
- “É plantar aquilo que você tem no quintal”
- “Trabalhoso”
- “Tirar o sustento da terra”

Todos os estudantes entrevistados demonstraram o interesse de conhecer um pouco mais da zona rural, os produtores e produtos pois segundo um deles “é preciso conhecer outras realidade”, sobre esta pergunta houve uma unanimidade pois tanto agricultores, quanto seus filhos, os estudantes e também as escolas disseram ver a necessidade de haver projetos que aproximassem a realidade rural-urbana.

Os alunos responderam também que na sua visão viver na zona rural deve ser difícil pois segundo eles é precário, trabalhoso, tem dificuldades por causa do sol e dos insetos e a falta de infraestrutura. Alguns relataram que não acham que o homem e mulher do campo sejam valorizados e que eles tem uma responsabilidade muito grande de produzir alimentos.

Nas escolas as entrevistas ocorreram junto a merendeiras e diretores. Nelas 90% conheciam os programas, porém nenhum deles conhecia o local e como eram produzidos os produtos. Segundo eles a qualidade dos produtos é ótima e “pra escola é a melhor coisa, alimento de qualidade”.

Quando indagados sobre a divulgação dos programas e do produtor rural apenas duas escolas responderam fazer um cardápio e coloca-lo na parede falando que os

produtos vinham da APRUMPAR e esta foi a única divulgação encontrada. Apesar de todos reconhecerem a importância de trabalhar na escola com as realidades próximas e com a aproximação campo cidade, nenhuma escola faz verdadeiramente um trabalho de problematização junto aos seus alunos.

Quando indagados sobre a valorização do homem do campo, todos responderam que estes projetos são importantes instrumentos de valorização. Houve algumas respostas como:

- “Ajuda a valorizar pois dá o amparo financeiro”
- “Ajuda pois alguém pensa nos coitados dos agricultores”

Nas escolas através das entrevistas e da observação percebeu-se uma visão da zona rural e da produção enquanto uma atividade penosa, com poucos rendimentos e de uma zona rural cuja única atividade existente é a produção agrícola. Não se vê nas falas uma postura de interdependência entre campo e cidade e de real conhecimento sobre o ambiente. O que se enxerga são especulações sobre uma realidade tão próxima e também tão desconhecida.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se mostrou revelador ao propiciar a observação sobre a visão de diversos atores sobre uma política pública. Percebeu-se uma associação que tem se organizado como pode para atender as demandas da comunidade e para se fazer efetivamente um elo entre os programas e os agricultores, há uma nítida falta de participação da comunidade na concepção, execução e avaliação do PAA e PNAE e também da sua organização comunitária em geral.

Atualmente a logística realizada tem sido suficiente para a entrega dos produtos, porém acredita-se que a capacidade desta instituição bem como de seus membros participantes está ficando esgotada e se não houver maior interesse e interação da comunidade para com a associação e um verdadeiro reconhecimento por parte dos sócios, pode se prejudicar o andamento dos projetos e assim por em risco a continuidade dos mesmos.

Quanto ao cenários da política pública há uma perspectiva de crescimento tanto no município e estado que ainda não atingiram seu máximo de entregas, quanto nos

municípios vizinhos que também poderiam estar sendo contemplados, porém este crescimento novamente retorna a necessidade de organização dos produtores e de se empoderar das ações dos projetos.

Os jovens entrevistados pouco se envolvem com as questões dos projetos e da comunidade, percebe-se uma crescente vontade de sair da zona rural para buscar o contexto urbano, onde a principal justificativa é a infraestrutura existente.

Quanto a qualidade dos produtos entregues percebe-se uma ótima aceitação e um alto nível de qualidade na produção, fazendo com que as escolas e entidades se sintam confortáveis para utilizar os produtos e se apoderem dos programas, pois a utilização dos mesmos passa a deixar de ser só uma exigência legal para ser também uma questão de escolha.

Porém apesar de as escolas gostarem muito dos produtos, pouco elas fazem para que todos saibam de onde eles vieram e de trabalhar junto aos seus alunos questões referentes as problemáticas locais envolvidas na produção e na vida no campo.

Isto reflete nas respostas dos estudantes da área urbana e nos depoimentos dos estudantes residentes na área rural, onde há um abismo a respeito do que um pensa sobre o outro. De um lado temos a visão de uma zona rural precária, onde há apenas dificuldades em se viver e do outro uma área urbana onde todos os problemas estariam resolvidos, de infraestrutura, acesso a educação, entre outros. Porém sabe-se que nem uma e nem outra é 100% desta forma, por isto faz necessário trabalhar dentro de sala de aula a relativização sobre os espaços e modos de vida de cada um. Para que assim nenhum e nem outro se tornem melhor ou pior e sim apenas diferentes vivendo em uma relação de interdependência.

Através da pesquisa percebeu-se o importante valor econômico que os projetos tem na vida das pessoas, porém observou-se que nem todas as possibilidades que estes programas oferecem vem sendo desenvolvidas, como o de agente de aproximação entre problemáticas urbanas e rurais e valorização dos produtos e processos locais.

REFERENCIAS

ALVES, E. **Migração rural –urbana, agricultura familiar e novas tecnologias.**

Brasília, DF,2006.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política.** Unb. 1998

BUZZATO, A.C. **As comunidades locais e os conflitos de uso dos recursos naturais no litoral sul do Estado do Paraná.** 2009. 61f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/20939>>.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS. **Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar.**2009

GAARDER, J. **O mundo de Sofia.** Companhia das letras. 2012

LAKATOD, MARCONI. **Fundamentos de metodologia científica.** 7 ed. 2010.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PROGRAMAS PAA.** 2013<<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMVATE A FOME. **O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010.** Brasília 2011.

POVOLEI, E. **A migração campo cidade do jovem rural e a vida dele na cidade.** SINGA 2011.

SCARABELOT, M. **A construção de cadeias alimentares curtas e papel dos atores em Nova Veneza, SC.** Porto Alegre 2011.

SECCHI, L. **Políticas Públicas conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

THIOLLENT. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18 ed. 2011.